



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 13/03/13 - ITENS: 19 e 20**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

19 TC-027224/026/06

**Embargante(s):** Prefeitura Municipal de Guarulhos.

**Assunto:** Possíveis irregularidades praticadas pelo Executivo Municipal de Guarulhos, referentes à contratação de shows artísticos sem a devida licitação.

**Responsável(is):** Elói Alfredo Pietá (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face do acórdão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao recurso ordinário interposto contra a decisão da E. Segunda Câmara, que julgou procedente a representação, acionando o artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, aplicando ao responsável multa no valor correspondente a 200 UFESP's, nos termos do artigo 104, inciso II, da mencionada Lei. Acórdão publicado no D.O.E. de 18-01-13.

**Advogado(s):** Alberto Barbella Saba, Eder Messias de Toledo, Laís Rabello Zaros e outros.

**Fiscalização atual:** GDF-8 - DSF-II.

20 TC-027225/026/06

**Embargante(s):** Prefeitura Municipal de Guarulhos.

**Assunto:** Possíveis irregularidades praticadas pelo Executivo Municipal de Guarulhos, referentes à contratação de shows artísticos sem a devida licitação.

**Responsável(is):** Elói Alfredo Pietá (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face do acórdão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao recurso ordinário interposto contra a decisão da E. Segunda Câmara, que julgou procedente a representação, acionando o artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, aplicando ao responsável multa no valor correspondente a 200 UFESP's, nos termos do artigo 104, inciso II, da mencionada Lei. Acórdão publicado no D.O.E. de 18-01-13.

**Advogado(s):** Alberto Barbella Saba, Eder Messias de Toledo, Laís Rabello Zaros e outros.

**Fiscalização atual:** GDF-8 - DSF-II.

**1. RELATÓRIO**

**1.1** Trata-se de **Embargos de Declaração** com pedido de '**excepcional efeito infringente**' opostos com fundamento no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



artigo 66, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 709/93 contra Acórdão deste Tribunal Pleno que, em sessão de 05 de dezembro de 2012, não deu provimento a recursos ordinários interpostos pelo Município de Guarulhos e manteve decisão da Egrégia Segunda Câmara que considerou procedentes representações deduzidas pelo Sr. **Geraldo Alves Celestino Filho**, Vereador à Câmara Municipal de Guarulhos, e ilegais as contratações diretas celebradas entre a **Prefeitura Municipal de Guarulhos** e a empresa **Mamberti & Mamberti Produções Artísticas S/C Ltda.** objetivando a realização de shows artísticos nos meses de fevereiro/05 (TC-27244/026/06) e março/05 (TC-27225/026/06).

**1.2** Insurgiu-se a **Prefeitura de Guarulhos** (fls. 250/254 do TC 27224 e fls. 122/126 do TC27225) contra a conclusão do Relator, eis que, a seu ver, os Acórdãos conteriam omissão, pois não teriam analisado todas as teses de defesa ofertadas nos recursos ordinários, notadamente a relacionada ao requisito inserto no inciso III do art. 25 da Lei n. 8666/93 para contratação direta de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Para o Recorrente, em síntese, os atos da Administração teriam sido regulares, pois os argumentos postos na Representação teriam sido rebatidos e, consequentemente, teria sido (I) comprovada a exclusividade da contratada em empresariar os shows, (II) comprovado que os grupos musicais eram consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública, e (III) demonstrado que os valores pagos estavam em conformidade com os vigentes no mercado.

Referentemente à consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública das bandas contratadas a fundamentar a inexigibilidade de licitação, onde radicaria a omissão, invocou que o Município apresentou "argumentos fortes a amparar a conclusão da regularidade da matéria" e "documentos que alicerçam a tese de que as bandas contratadas contavam com o reconhecimento da opinião pública e da crítica especializada", e "ao menos nos limites desta Urbe, as bandas musicais detinham, à época, extremo reconhecimento popular e difusão mediática". Citou apenas dois dos grupos contratados para afirmar que eram conhecidos "nacionalmente". Aduziu que "nada foi



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



*mencionado acerca do tema". Pleiteou, então, que "admitidos e acolhidos os aclaratórios, por consequência lógica, cabível a imposição de efeitos infringentes que, aqui, ensejam o julgamento regular da matéria e a improcedência da representação".*

**1.3** Para o **douto Ministério Público de Contas** (fls. 256/258 do TC-27224 e 127/129 do TC-27225) seria de se conhecer dos recursos, mas, no mérito, desprovê-los.

*Observou que "a argumentação apresentada já fora objeto das justificativas e do próprio recurso ordinário apresentado pela parte (fls. 129/130 e 190/192 do TC-27224 e fls. 57/59 e 97/98 do TC-27225). Portanto, estando a decisão embargada devidamente fundamentada e não se evidenciando qualquer vício que enseje a interposição de embargos declaratórios, este Ministério Público de Contas, na qualidade de custos legis, manifesta-se pelo conhecimento, mas desprovemento dos Embargos de Declaração".*

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 13/03/13**  
**TC-027224/026/06 e TC-027225/026/06**

**2. VOTO - PRELIMINAR**

Anoto que os Acórdãos embargados foram publicados no Diário Oficial do Estado - Seção I - Poder Legislativo, em 18-01-2013, tendo os recursos sido protocolizados em 23-01-2013, pela Prefeitura de Guarulhos.

Recursos em termos, deles conheço.

**3. VOTO - MÉRITO**

A Prefeitura de Guarulhos busca, em sede de embargos de declaração, rediscutir o mérito do decidido por esta Corte de Contas pleiteando *excepcional* efeito *infringente* aos *aclaratórios* para que sejam julgadas improcedentes as representações e legais as contratações diretas, ao argumento de que o *decisum* foi omissivo quanto à questão do reconhecimento da opinião pública e da crítica especializada que as bandas contratadas desfrutariam.

Ocorre que, após observar que "consta do r. voto condutor recorrido que, em apontamentos registrados pela Fiscalização no TC-027225/026/06, "a contratação de shows intermediados pela empresa MMCD Produções Artísticas Ltda., para a inauguração de pavimentação de rua, entrega de Unidade Escolar e apresentação de Espaço Escolar, sem interesse artístico ou cultural à população configura meros espetáculos promocionais da administração municipal com fins eleitoreiros. Além disso, a inspeção "in loco" revelou que tais despesas foram indevidamente apropriadas no ensino fundamental e infantil, razão pela qual foram glosadas dos respectivos níveis, conforme relatado no TC-2667/226/05 e item 2.2.1 do relatório das contas anuais/05 - TC-2667/026/05. Por fim, quanto às despesas no valor de R\$61.000,00 onerando a Cultura (processo n. 7531/05), apesar de não ter integrado a amostragem realizada pela auditoria, considera-a imprópria por não constar do Plano Plurianual do Município (2002/2005), além de se tratar de despesa promocional da Administração local"; o voto condutor da r. decisão colegiada claramente assinalou que "as razões recursais não tiveram o condão de desconstituir a higidez dos argumentos lançados na r. decisão recorrida".

E constava expressamente da r. decisão recorrida:  
**"E não demonstrado igualmente que estes grupos musicais**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



*fossem consagrados pela crítica especializada ou opinião pública, como exige a lei, de modo a configurar a inviabilidade da competição".*

Aliás, como consignado pelo douto MPC "a argumentação apresentada já fora objeto das justificativas e do próprio recurso ordinário apresentado pela parte". Portanto, não há omissão a suprir.

Em face do exposto, rejeito os embargos.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**